

1ª Reunião do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade do Complexo da Saúde

Ata de Reunião

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião: 17/11/2011	Horário: 14h às 17h	Local: Hotel Grand Bittar, Setor Hoteleiro Sul (SHS), Quadra 05, Bloco A - Brasília/DF
Líder da Reunião: Carlos Augusto Grabois Gadelha		Telefones: (61) 3315-2904
Ordem do dia:		
Pauta Propositiva:		
1. Abertura e apresentação do GECIS pelo Secretário Carlos Augusto Grabois Gadelha – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS);		
2. Apresentação do Plano Brasil Maior pelo Ministro Fernando Damatta Pimentel – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);		
3. Pronunciamento do Ministro Alexandre Padilha – Ministério da Saúde (MS);		
4. Assinatura das novas Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDP) ;		
5. Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho de Farmacologia pelo Diretor Zich Moysés Júnior – Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde (MS);		
6. Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade de Brasília (UnB) e ANVISA para o laboratório de avaliação de equipamentos médicos;		
7. Informes Gerais ;		
8. Encerramento .		

2. Identificação do Documento

Relator do Documento:	Data da Preparação: 30/11/2011
------------------------------	---------------------------------------

3. Participantes da Reunião

Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Alexandre Padilha (Ministro de Estado)	Ministério da Saúde (MS)		
Membros do Comitê Executivo			
Carlos Augusto Grabois	Secretaria de Ciência Tecnologia	Carlos.gadelha@saude.gov.br	(61) 3351-2839

Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Gadelha (Secretário)	e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS)		
Heloísa Regina Guimarães De Menezes (Secretária)	Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (SDP/MDIC)	Heloisa.menezes@mdic.gov.br	(61) 2027-7288/7380
Zich Moysés Júnior	Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde (DECIIS/SCTIE/MS)	Zich.moyses@saude.gov.br	(61)3315-2790
Carlos Afonso Nobre	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Carlos.nobre@mct.gov.br	(61) 3317-8128
Paulo Ernani Gadelha Vieira	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Gadelha@fiocruz.br	(21) 3885-1643
Carla Maria Naves Ferreira	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	Carla.ferreira@abdi.com.br	(61) 3962-8738
Dirceu Brás Aparecido Barbano	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	presidencia@anvisa.gov.br	(61) 3462-6716/6719
Ivo Bucaresky	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Ivo.bucaresky@anvisa.gov.br	(61) 3462-4352
Eliane de Brito Bahruth	Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	ebahruth@anvisa.gov.br	(21) 2555-0374
Pedro Lins Palmeira Filho	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	palmeira@bndes.gov.br	(21) 2172-8138
Miguel Ragone de Mattos	Casa Civil da Presidência da República	Miguel.mattos@presidencia.gov.br	(61) 6411-1438
Marcelo de Matos Ramos	Ministério da Fazenda (MF)	Marcelo.ramos@fazenda.gov.br	(61) 3412-2280
Hébrida Verardo Moreira Fam	Ministério da Fazenda (MF)	Hebrida.fam@fazenda.gov.br	(62) 3412-2340
Liane Elizabeth Caldeira Laje	Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)	liane@inpi.gov.br	(21) 3037-3773/7628-7874
Representantes do Conselho de Competitividade			
Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Jean D. Peter	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)	jdpeter@uol.com.br	(21) 3125-1405
Nelson Brasil de Oliveira	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)	nelsonbrasil@abifina.org.br	(21)3125-1407

Nome	Instituição	E-mail	Telefone
José Correia da Silva	Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (ABIQUIF)	jcs@abiquif.org.br	(21) 2220-3005
Franco M. Giuseppe Pallamolla	Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO)	abimo@abimo.org.br	(11) 3285-0155
Mário Bósio	Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO)	abimo@abimo.org.br	(11) 3285-0155
Hayne Felipe da Silva	Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (ALFOB)	alfob@alfob.org	(53) 3826-1238
Fernando Castro Marques	Associação de Laboratórios Farmacêuticos (ALANAC)	alanac@alanac.org.br	(11) 5506-8522
Nelson Mussolini	Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (SINDUSFARMA)	barbara@sindusfarma.org.br	(11) 3897-9757
Reginaldo Braga Arcuri	Grupo FARMABRASIL	Adriana.diaferia@gmail.com	(11) 3573-6312
Adriana Diaféria	Grupo FARMABRASIL	Adriana.diaferia@gmail.com	(11) 3573-6312
Outros Convidados			
Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Luiz Carlos Joviza	COMAER		
Marcelo Gonçalves Lopes	COMAER		
Cristina Reinert	IBMP		
Mário Moreira	FIOCRUZ/PR		
Henrique Uchió Tada	ALANAC		
Fabiola Lana Iozzi	DECIT/MS	Fabiola.iozzi@saude.gov.br	(61) 3315-3197
Willeyson Xavier de Souza	DECIIS/MS	Willeyson.souza@saude.gov.br	(61) 3315-2027
Ana Luisa	MCTI		
Gabriela Nardelli	DECIIS/MS	Gabriela.nardelli@saude.gov.br	(61) 3315-3463
Nadja Mayrink Bisinoti	DECIIS/MS	Nadja.bisinoti@saude.gov.br	(61) 3315-2225
Walker Lahmann	Grupo FARMABRASIL		
Olympio Távora Corrêa	CNS		
Flávia Poppe	OPAS		
Greice Borghetti	DECIT/MS	Greice.norghetti@saude.gov.br	(61) 3315-3350
Luis Afonso Bermudez	CDT/UnB		

Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Luiz Henrique Costa	MS		
Marcelo Rodrigues dos Santos	MS	Marcelo.santos@saude.gov.br	(61) 3315-2960
Clarice A. Petramale	CITEC/MS	Clarice.petramale@saude.gov.br	(61) 3315-3472
Claune C.	MS		
Michelle Zanon Pereira	MS	Michelle.pereira@saude.gov.br	(61) 3315-2637
Higoz dos Santos Santana	CDT/UnB		
Odilon Costa	ABIFINA		
Júlio C. Felix	TECAR		
Débora Rocha	MS	Debora.rocha@saude.gov.br	(61) 3315-6247
Ilana Paiva	MS	Ilana.paiva@saude.gov.br	(61) 3315-3580
Erasm Salomão	MS	Erasm.salomao@saude.gov.br	(61) 3315-3580
Leonardo P. Guerra	MDIC		
Heleno Magalhães	MS		
Nicolau Pires Lages	ABIFINA		
Pedro C. Bisfeld	DECIIS/MS	Pedro.bisfeld@saude.gov.br	(61) 3315-3465
Luís Antonio de Angelis Junior	COMAER		
Érika Camargo	DECIIS/MS	Erica.camargo@saude.gov.br	(61) 3315-2027
Thiago Fideles	DECIIS/MS	Thiago.fideles@saude.gov.br	(61) 3315-3403
Kedson Lopes Queiroz	DECIIS/MS	Kedson.queiroz@saude.gov.br	(61) 3315-2027
Fábio Kurt Schneider	UTFPR		
Valéria Monteiro	DECIIS/MS	Valeria.monteiro@saude.gov.br	(61) 3315-3403
Marcos R. Signori	DECIIS/MS	Marcos.signori@saude.gov.br	(61) 3315-3925
Verônica Accioly T. de Oliveira	DECIIS/MS		
Isabel Cristina Guimarães P. Santos	DECIIS/MS	Isabel.santos@saude.gov.br	(61) 3315-3463
Antônio Joaquim Werneck de Castro	IVB	vicepresidencia@vitalbrazil.rj.gov.br	(21) 2711-9207
Leonardo R. de Menezes	UnB		
Luiz F. B. Santos	EMS		
Verônica Albuquerque	MS		
Melissa B. Farias	MS		
Sandra C. Barros	MS		
Alden Conbê de Sousa	MF/EPPGG		
Roberta de Moura	MF		

Nome	Instituição	E-mail	Telefone
Ludwing			
Juliana Braga	CORREIO BRASILIENSE		
Barbara Semerene	ASCOM/MS	Barbara.semerene@saude.gov.br	(61) 3315-3580
Márcia Martini Bueno	LIBBS		
Jorge Bermudez	FIOCRUZ	vippis@fiocruz.br/ carlahenker@fiocruz.br	(21) 3885- 1800/1805
Flávia Elias	DECIT/MS		(61) 3315-3885
Fernando Dias	Rádio TUPI		
Mario Scodeler	Rádio CBN		

4. Síntese da Reunião

1. Abertura

Carlos Gadelha (SCTIE/MS): Iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes. Na sequência, destacou a atuação do GECIS no âmbito do Plano Brasil Maior. Enfatizou a importância estratégica do Grupo que passa a cumprir as funções de Comitê Executivo que, juntamente com o Fórum de Articulação, constituirá o Conselho de Competitividade Setorial do Complexo da Saúde. Corroborou a atuação do MDIC, representado pela Sra. Heloísa De Menezes – Secretária do Desenvolvimento da Produção, que neste novo momento exercerá a vice-coordenação do Grupo Executivo, refletindo a dimensão estratégica da saúde no escopo da Política Industrial. Dando andamento à reunião, solicitou aos membros que estavam à mesa que se apresentassem.

Novamente com a palavra, reiterou a importância do GECIS como instância de deliberação, destacando seu poder de decisão e considerando que sua composição inicial foi mantida, devendo ocorrer ajustes somente no Fórum de Articulação que passará a contar com a participação de estruturas sindicais. Elencou as funções do Comitê Executivo que, composto por instâncias governamentais e deliberativas, visa formular e implementar agendas setoriais, monitorar, avaliar e consolidar as propostas de políticas públicas. Relatou que no âmbito dos Conselhos de Competitividade Setorial ocorre a interlocução com o setor empresarial, trabalhadores e sociedade civil, além de se constituir em uma instância consultiva para diagnóstico, agenda e políticas.

Com base na sua apresentação (arquivo da apresentação encaminhada em anexo), destacou o reconhecimento da saúde como uma das grandes apostas do desenvolvimento do País, sendo uma frente estratégica de Produção, Inovação e Desenvolvimento Social (acesso), ressaltando a necessidade de superação de dois grandes hiatos da trajetória nacional de desenvolvimento; i) Geração endógena de inovações; e ii) Construção de um sistema de Bem-Estar social (saúde universal);

Quanto ao potencial de articulação intersetorial, citou: Política CIS; Regulação/Qualidade; Compras Públicas (como instrumento para a ampliação do acesso); Propriedade Intelectual; Financiamento; Política Comercial e Tributária (exemplificou a estratégia na fábrica de Luvas Lemgruber por uma única ação tributária que viabilizou o aumento da produção nacional e reduziu a dependência de três países asiáticos); Suporte Tecnológico; Incorporação Tecnológica; Cooperação Internacional (citou reunião na FIOCRUZ para tratar sobre modelos de atuação na África e a construção de projetos de cooperação). Há que se considerar as iniciativas já firmadas e as articulações em andamento diante de um

horizonte que proporciona diversas estratégias no campo da saúde.

No tocante às Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, informou que somente em 2011 foram aprovadas 9 parcerias, envolvendo 9 produtos estratégicos, sendo R\$460 milhões/ano em termos de uso do poder de compra para inovação, R\$ 720 milhões de economia estimada ao MS em 5 anos, mantendo-se o consumo e considerando o preço de 2010. Espera-se uma economia de divisas, com a absorção de todo ciclo tecnológico, de cerca de US\$ 200 milhões. Sobre o uso total do Poder de Compra para inovação, falou em R\$4,0 bilhões/ano em compras públicas estratégicas, incluindo as estratégias de negociações para viabilizar o acesso. A economia de recursos públicos com inovação tecnológica está em torno de R\$ 1,7 bilhões, envolvendo ganhos de eficiência.

No que concerne à economia de divisas, fruto destas parcerias, prevê-se US\$ 700 milhões/ano, sem considerar as exportações. Na sequência, comentou sobre a primeira parceria que articula equipamentos e biotecnologia com foco em teste rápido diagnóstico para a “Rede Cegonha”, cuja instituição pública é a FIOCRUZ e o parceiro privado a empresa Lifemed. A indicação terapêutica está voltada para a saúde da mulher. Visa ampliar o diagnóstico precoce e viabilizar o acesso, articulando tecnologias de fronteira para realização de testes rápidos. Destacou o caráter inovador da parceria, acesso e atenção local e a ativação integrada de duas indústrias do Complexo da Saúde.

Com relação ao Convênio ANVISA-UnB, falou sobre a utilização da infraestrutura da UnB apoiada pela SCTIE/MS (R\$3,5 milhões) para validação de produtos em registro na ANVISA, além de consolidar o compromisso com o desenvolvimento e a inovação em saúde. Apresentou a Agenda Concreta para 2011/2012.

No que se refere ao Uso do Poder de Compra do Estado no campo da Saúde, destacou prioridade para o estudo das margens de preferência para a produção nacional; encomendas para o desenvolvimento tecnológico envolvendo processos de transferência de tecnologia (garantia de mercado para viabilizar a internalização de tecnologias estratégicas); atualização do marco regulatório para o uso do poder de compra essencial para as PDPs em que destacou pontos como: aquisições centralizadas pela administração pública, instituições federais (Hemobrás, Fiocruz, Laboratórios da área de Defesa, dentre outros). Mencionou, ainda, a necessidade de viabilizar projetos estaduais.

Fez colocações sobre o tema “Saúde e CT&I: Sistemas Nacionais Estruturados prontos para dar o salto para o Desenvolvimento”, em que destacou o Padrão de Desenvolvimento Econômico e Social como um espaço resultante da integração do Sistema Nacional de CT&I com o Sistema Universal de Saúde. Destacou, por fim, a proposta de realização de reuniões semestrais para o Conselho de Competitividade, bem como de reuniões trimestrais para o Comitê Executivo.

2. Pronunciamento do Ministro de Estado da Saúde – Alexandre Padilha

Na sequência, foi anunciada a chegada do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. O Secretário Carlos Gadelha fez uma retrospectiva de sua apresentação e passou a palavra à Vice-Coordenadora do GECIS.

Heloísa Menezes (MDIC): Desculpou-se pela ausência do Ministro do MDIC – Fernando Pimentel. Teceu breve comentário sobre a inserção efetiva do GECIS no Plano Brasil Maior devido a suas práticas bem sucedidas, incorporando seus principais eixos estratégicos. Exemplificou os 19 Conselhos Setoriais de Competitividade, cada um com sua responsabilidade e setor específico. Relatou a preocupação apontada em preservar o GECIS como instância correspondente às previstas no Plano Brasil Maior (ênfase em preservar o que já funciona), com resultados totalmente convergentes à Política Industrial. Destacou foco no incremento do esforço inovativo; aprofundamento dos

investimentos no Brasil e; agregação de valor (considerados os três eixos fundamentais, totalmente convergentes com a política atual). Entende que o Complexo Industrial da Saúde reúne todas as condicionantes para a inserção efetiva do Plano Brasil Maior. Conta com investimentos em P&D, oportunidades tecnológicas e; uso do poder de compra como elemento indutor da Política Industrial. Destacou o MS como membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) enquanto vinculado às políticas sociais (estratégia do desenvolvimento econômico), o que posiciona o ministério como participante da instância máxima decisória da Política Industrial. Considera importante a visão de agenda concreta que o Plano Brasil Maior vai buscar complementar nas agendas temáticas e setoriais. Destacou a necessidade de clareza nas políticas de monitoramento e acompanhamento dos resultados da agenda de trabalho de cada uma das coordenações e suas temáticas, com transparência nos dados para a sociedade uma maneira geral. Acredita ser relevante dar continuidade nas iniciativas já em curso, como o uso do poder de compra. Comentou, ainda, sobre Margem de Preferência, momento em que tomou como exemplo os produtos têxteis e calçados (8% de margem fixada para produtos nacionais). A proposta é viabilizar a margem de preferência para os produtos da saúde, utilizando a devida cautela na margem de preferência e para determinados medicamentos, visando posterior aprofundamento da medida.

3. Assinatura das novas Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Carlos Gadelha (SCTIE/MS): Enfatizou a importância da parceria do teste rápido diagnóstico para a Rede Cegonha. Acredita que ações prioritárias trabalhadas pela Presidência da República poderão ser alcançadas por intermédio de parcerias como essa. O potencial de inclusão tem como objetivo atender um escopo de 100 doenças (voltada para área materno infantil, mas com possibilidade de maior abrangência). A ação apresenta uma agilidade considerável em termos de sensibilidade, visto que há uma previsão de nascimento de 3 milhões de crianças/ano, 70% no âmbito do SUS. Ressaltou o atendimento de critério mínimo de 4 consultas pré-natais, possibilitando um aumento exponencial dos exames. Pontuou que haverá um processo de economia significativo, como também de incremento tecnológico (90 milhões de economia prevista). Finalizou enfatizando a experiência do governo em articular sinergicamente a política produtiva em duas dimensões, nacional e internacional.

Franco Pallamolla (LifeMed): Com a palavra, destacou que parcerias como essa demonstram claramente a atuação do GECIS. Espera poder assinar outras parcerias e que a ocasião torna-se um marco para história da indústria de diagnóstico no Brasil, que ainda possui um grande déficit tecnológico. Comentou sobre a capacidade industrial de equipamentos ativos no campo da medicina hospitalar e o tempo de trabalho para o alcance do seu desenvolvimento. Aproveitou para comprometer-se com o cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Compromisso.

4. Acordo de Cooperação firmado entre a Universidade de Brasília (UnB) e ANVISA para o laboratório de avaliação de equipamentos médicos.

Dirceu Barbano (ANVISA): Cumprimentou o Ministro e demais participantes. Destacou a importância da parceria e relatou que tem destinado esforços na busca de amparo à ampliação do acesso, qualidade no atendimento e oferta de serviços, bem como condições de oferecer tecnologias para diagnóstico e tratamento. A Anvisa tem focado na questão dos serviços visando amparar os programas estratégicos do MS. Quanto ao medicamento genérico houve um aumento de 80% de registro, em 2011 em relação ao ano de 2010. Pontuou a atuação da Secretaria de Atenção à Saúde, com foco

na construção de unidades de saúde. Em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do MS, destacou as ações da Anvisa que têm sido pautadas, sejam pelas PPPs, como pelos Comitês Regulatórios, dando prioridade para que os produtos possam ter seus registros e renovações nos melhores prazos possíveis. Considerou como desafio para a Anvisa articular a rotina da agência com as necessidades dos programas estratégicos. Ao final, comentou sobre sete Acordos prioritários feitos com Universidade Federais, buscando eleger projetos para enfrentar os desafios no aumento da capacidade tecnológica.

José Batista de Souza (Vice Reitor da UnB): Com a palavra, o Vice Reitor informou que estava, naquela ocasião, substituindo o Reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Junior. Apresentou os membros daquela instituição presentes e relatou que coordena o projeto e o laboratório para certificação de equipamentos na área biomédica da Universidade. Destacou o importante momento para o papel das oportunidades públicas com foco na prestação de serviços. Informou que o Protocolo de Cooperação Técnica firmado fazia parte de um conjunto de acordos que a UnB tem com a Anvisa e o Ministério da Saúde que visam a consolidação do papel da Universidade. Na oportunidade, enfatizou o papel das Universidades Públicas quanto ao ensino, pesquisa, extensão, ao tempo em que introduziu o segmento relacionado à prestação de serviços. Ressaltou o compromisso ético e, ainda, o desenvolvimento da Região do Centro-Oeste, além de participações em projetos do âmbito da UNASUS e do PRO-SAÚDE. Finalizou manifestando satisfação em fazer parte do compromisso de contribuir para o desenvolvimento do País.

Neste momento, o Ministro Alexandre Padilha solicitou que a palavra fosse aberta aos convidados à mesa.

José Correia da Silva (ABIQUIF): Colocou a importância do que foi apresentado, com cooperação do governo com o setor privado com foco nos sistemas de compra do próprio estado, entretanto, a compra do setor privado onde se baseia a boa parte da produção nacional, não está contemplada nos programas apresentados. Existem muitos poucos processos, exceto os de financiamento, dirigidos ao setor privado. Alegou que, ao analisar a Balança Comercial, a participação, tanto de medicamentos, quanto de fármacos, cresceu em virtude do aumento da política de compra de Estado, mas também da área de medicamentos disponibilizados ao setor privado. Existe a necessidade de “Internacionalização” do setor farmacêutico, argumentou ser uma ação crucial para que o mercado possa se tornar uma fonte de crescimento e não apenas o que tem sido observado como política de governo. Solicitou que o GECIS mantenha-se alinhado no direcionamento de questões como esta por ele apresentada.

Nelson Brasil de Oliveira (ABIFINA): Solicitou atenção ao Ministro Alexandre Padilha, destacando que os laboratórios públicos, com exceção de Farmaguinhos e talvez Lafepe, não demonstram interesse em utilizar o poder de compra do Estado, preferindo continuar realizando “licitações predatórias” visto que possuem uma alta rentabilidade na compra de IFA importado. Recomendou ao Ministério da Saúde, através do SUS, uma ação mais forte quanto a esta questão, centralizando as compras de produtos estratégicos e exigindo que compre produto nacional.

Reginaldo Braga Arcuri (Grupo FARMABRASIL): Enfatizou que a estrutura do GECIS, inserida no Plano Brasil Maior, proporciona governança estratégica na cadeia produtiva, cabendo destacar a importância da saúde na Política Industrial. Considerou como reflexo positivo do atual cenário a participação do MS no CNDI. Indagou quanto à estrutura sistêmica que poderá conduzir o uso de toda essa oportunidade, enfatizando que hoje o MS abre o caminho que se deve seguir,

ao tempo em que fez comentários sobre a possibilidade de se realizar diálogos estruturados e acelerados. Recomendou uma adequada articulação no estabelecimento das rotinas do setor privado e das demais entidades da sociedade civil visando possibilitar uma participação melhor. Por fim, pontuou que se deve dar um “novo passo”, tendo maior clareza de como prosseguir.

Fernando Castro Marques (ALANAC): Comentou a ausência de investimento das indústrias transnacionais em fábricas no País. Alertou que, no contexto de instabilidade, não tem sido visto investimentos de empresas transnacionais do setor de saúde no País. Fato este que fortalece a necessidade de trabalhar no âmbito da Política Industrial o reforço de investimentos nas indústrias nacionais. Concluiu sua colocação sobre implantação de unidades fabris de grandes empresas internacionais citando como exemplo a Novartis, que está implantando uma fábrica em Pernambuco.

Heloísa Menezes (MDIC): Aproveitando a colocação do Sr. Reginaldo Arcuri (grupo FARMABRASIL) quanto a rotinas de trabalho e agendas estratégicas, comunicou que todas as instâncias devem entregar ao Grupo Executivo as agendas de trabalho até 30 de março de 2012, para apresentação ao CNDI. Os esforços devem se concentrar no cruzamento das metas aos planos gerais do Brasil Maior.

Ministro Alexandre Padilha (MS): Cumprimentou a todos os presentes. Enfatizou a realização desta 3ª reunião do GECIS e o trabalho realizado em 2011, considerado como positivo nos avanços institucionais. Citou como exemplo o “Programa Saúde não tem Preço”. Falou da necessidade de se atualizar a agenda do GECIS, no contexto do Plano Brasil Maior, cujo ambiente proporciona um espaço para diálogo, dando ênfase à importância dessa articulação. Destacou que vale a pena constituir um grupo menor para tratar da questão da agenda, sendo que as reuniões do GECIS ocorreriam em intervalos maiores, 3 a 4 reuniões ao ano, para apresentações de programas, projetos e propostas. Orientou que para tratar da questão da margem de preferência, visando complementar a construção do trabalho, devem ser propostos debates além do GECIS, nos intervalos de suas reuniões. Em decorrência do prazo para conclusão da agenda estratégica (março/2012), recomendou celeridade nos trabalhos para conclusão antes da data programada. Destacou a parceria firmada nesta reunião que articula equipamentos e biotecnologia com foco em teste rápido de diagnóstico para a “Rede Cegonha”, enfatizando o potencial de utilização no País, o qual representa um forte atrativo na disputa internacional e avanço nacional. Trata-se de equipamento de fácil manuseio a ser utilizado na atenção básica, vinculada ao acesso, por todas as regiões. Alegou que as características do sistema de saúde do Brasil devem ser compreendidas, ressaltando que a experiência indiana não pode ser utilizada como referência, visto que não garante acesso à saúde há pelo menos 15% da população. Na oportunidade, falou sobre o Programa Saúde Bucal (Brasil Sorridente na Amazônia), incluindo a importância da inovação tecnológica, e da cobertura do Samu (fluvial/helicóptero). Logo, a Estratégia é aproveitar o mercado interno. Na sequência intensificou sua fala como estímulo aos parceiros, destacando os militares (aeronáutica, marinha e exército), conhecedores da soberania nacional e do quão é imprescindível a produção de medicamento no País de forma sustentável. Evidenciou o estímulo ao processo de verticalização ao máximo para a produção de medicamentos do SUS, destacando que nada é impossível de ser vencido. Fez menção à relevância do projeto em parceria com a ANVISA, como também suas iniciativas, citando o trabalho cooperativo desta com a ABDI na orientação de registro de medicamentos. Mencionou a necessidade de decisões prementes relacionados aos “Produtos Biológicos”, a curto e em médio prazo, para ter impacto real neste tema. Por fim, comentou ainda sobre o impulso financeiro favorável na economia com o aumento do poder de compra do Governo.

Carlos Gadelha (SCTIE/MS): Com a palavra, falou sobre o fortalecimento político do GECIS, tendo em vista o grau de representação e a relevância das ações firmadas nesse ambiente de governança. Recomendou a construção de uma agenda de trabalho, aproveitando o ambiente político favorável, à luz das recomendações do MS e endossadas pela Vice-Coordenadora do GECIS, Heloísa Menezes (MDIC). Propôs realizar uma reunião da coordenação em torno de grandes temas, com o objetivo de compatibilizar as agendas de forma proativa. Destacou a necessidade de avançar nas ações voltadas para o uso do Poder de Compra. Colocou-se à disposição, por intermédio dos Srs. Zich Moysés e do Leonardo Paiva, para receber sugestões esquematizadas encaminhadas pelas entidades da Sociedade Civil e do Governo, deixando claro que existem dois grupos de decisão, um de Governo e outro oriundo da base social.

Heloísa Menezes (MDIC): Quanto à estruturação da agenda de trabalho, recomendou observar aspectos como: reger de forma organizada as sugestões; ter visão sistêmica das demandas; verificar interferência com outros conselhos; analisar instrumentos de toda ordem; identificar novos atores envolvidos; internalizar empresas fortes (estratégia do governo no âmbito do Plano Brasil Maior); agregar ações em andamento sob responsabilidade de outras instituições governamentais que compõem Plano Brasil Maior. Apontou, ainda, alguns equipamentos médicos como ultrassom, mamografia, o que pode somar ao poder de compra, diante de encomendas mais de natureza tributária.

Pedro Palmeira (BNDES): Recomendou foco no macro objetivo econômico/social e em como aplicar maior esforço no âmbito do Complexo Industrial da Saúde. Citou que se deve haver bastante clareza no campo econômico e de investimento. Considera a ampliação do acesso um desafio, na medida em que ao aumentá-lo ocorre um incremento, também, no grau de vulnerabilidade externa, sobretudo quanto a equipamentos. O BNDES está aberto a contribuições no âmbito das oportunidades tecnológicas, tanto de cunho biotecnológico, quanto de síntese, incluindo as etapas sintéticas de fermentação, cujo parque farmoquímico é pequeno, mas persistente, como também para IFAs de alta potência. O marco regulatório é outro aspecto fundamental para alavancar a indústria brasileira, daí a importância da atuação de todos, frente às suas responsabilidades respectivas para refletir junto com a SCTIE. Quanto ao apoio financeiro, comentou que o momento é oportuno para repensar o Profarma, a partir da experiência acumulada durante 8 anos em fóruns competitivos no âmbito da cadeia farmacêutica. Ressaltou, ainda, que o Profarma reuniu vários projetos estruturantes, cujas discussões, em torno desses, trouxeram muitas contribuições, o que legitima sua revalidação no contexto atual. É necessária uma aceleração do processo de acumulação de competências.

5. Apresentação da proposta do Grupo de Trabalho de Farmacologia pelo Diretor Zich Moysés Júnior – Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde (arquivo da apresentação encaminhada em anexo).

Zich Moysés (DECIIS/SCTIE): Destacou a Portaria Nº 08, de 16 de junho de 2011, que instituiu o GT com o objetivo de propor estratégia nacional, no que concerne a condição dos ensaios pré-clínicos e clínicos, com foco na eficiência da aplicação dos investimentos, na otimização da infraestrutura existente e na complementaridade da capacidade inovativa nacional.

Sobre a dinâmica de trabalho utilizada nas sete reuniões realizadas destacou a construção dos mapas para de síntese química e o mapa de produtos biológicos, a validação destes mapas e a apresentação do Relatório Técnico Final.

Apresentou o Mapa Resumido que mostra os Centros de Referência, capacidades com ou sem Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Boas Práticas Laboratoriais (BPLs) e necessidades relacionadas à infraestrutura, edificações e qualificação de recursos humanos, frente aos ensaios resumidos em uma classificação mais geral.

Quanto aos resultados, fez breve comentário sobre o Sumário Executivo em que trata do Relatório Técnico. Em seguida, falou sobre as convergências entre MS, MCTI, BNDES, FINEP e ANVISA em um esforço conjunto de consolidar uma estratégia nacional articulada de modo a preencher as lacunas no âmbito da cadeia produtiva e evitar superposição de atividades.

Apresentou a proposta, em forma de um organograma, de estrutura tecnológica para condução de pesquisa pré-clínica e clínica no Brasil, em que colocou que o ambiente de governabilidade, liderado pelo MS, MCTI/Finep, BNDES e Anvisa, proporciona a integração de projetos que possam contemplar a Cadeia Brasileira de Inovação em Fármacos e Medicamentos, que ilustra a interação dos Centros de Referência em Farmacologia. Por um lado, com a Rede Nacional de Pesquisa Clínica e outras correlatas, por outro, com entidades, como: institutos, universidades, parques tecnológicos, plataformas tecnológicas, centros, núcleos, laboratórios, empresas, incluindo as em incubação, dentre outros, que possam agregar valor na forma de recursos. Relatou que, em permeio à Estrutura Tecnológica, têm-se as BPLs (infraestrutura tecnológica) e recursos humanos (tendo que se evitar esforços na captação de recursos para apoio, por meio de modalidades de bolsas que atendam à formação, à capacitação e aos treinamentos dos atores que compõem as entidades do sistema).

Por fim, quanto à gestão dos recursos financeiros, destacou que esta será gerenciada por um Comitê Gestor, que diante de demanda concreta identificará as necessidades que precisam ser supridas para o desenvolvimento de medicamentos ou insumos que possam atender as prioridades do SUS. O Organograma prevê, ainda, um Portal em que deverão ser divulgados anúncios estratégicos que possam vincular os ensaios pré-clínicos e ensaios clínicos como vetores estruturantes da Agenda Nacional de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável do campo da Saúde.

Carlos Gadelha (SCTIE/MS): Destacou que o Mapa apresentado deve ser considerado um processo e que o mais importante é a existência de uma base de informações. Em seguida abriu a palavra para inscrição.

Eliane de Brito Bahruth (FINEP): Relatou a utilização do Mapa para elaborar instrumento adequado de priorização com foco na demanda. Teceu algumas considerações sobre crédito, subvenção e, ainda, sobre a escassez de recursos humanos para execução de ensaios pré-clínicos específicos aqui no País, frente a investimento em capacitação de infraestrutura. Concluiu sua fala destacando a importância de se ter uma proposta de política para fortalecer os centros, porque sem eles não dá para fazer.

Pedro Palmeira (BNDES): Cumprimentou o GT pela “paciência chinesa” de fazer esse diagnóstico. Colocou, como provocação para as empresas farmacêuticas representadas no GECIS por meio de entidades do setor como o Grupo FarmaBrasil e Alanac, que surgem projetos no balcão financeiro e afirmam que necessitam realizar o ensaio pré-clínico no exterior, em função da inexistência de competência no Brasil. Este estudo torna possível ajudar neste impasse. Afirmou que é preciso uma “conspiração do bem”, pois a demanda é pequena e é preciso passar essa etapa dos ensaios pré-clínicos pelos os centros nacionais, para que eles possam progredir.

José Correia da Silva (ABIQUIF): Ponderou quanto à participação do Laif como Centro, uma vez que tem infraestrutura com BPL e já opera com o setor privado. Comentou, ainda, que as especificidades de suas análises podem agregar novos

ensaios.

Walker Lahmann (Grupo FARMABRASIL): Ressaltou a necessidade de preparação de um documento para divulgação aos executivos da indústria com os resultados do estudo do GECIS, permitindo a todo o sistema o acesso às deliberações do Grupo.

Zich Moysés (DECIIS/SCTIE): Colocou que o foco maior das atividades do Laif está na área farmacêutica. Na oportunidade teceu alguns comentários sobre a regulação de produtos biológicos no âmbito da Anvisa. Na sequência, e ao se reportar às falas de Pedro Palmeira e do Grupo Farmabrazil, comentou sobre a necessidade de divulgação, no âmbito das empresas do setor farmacêutico, do que está se discutindo neste GECIS, agora como instituição do Plano Brasil Maior, cujo Fórum Permanente conta com a participação de representantes de Associações Empresariais, Representações Sindicais e outros Representantes da Sociedade Civil. Nesse contexto, essa divulgação funciona como contrapartida, na medida em que a informação se utiliza desse canal para fluir em níveis superiores das empresas, o que corrobora a cobrança de demanda das empresas, sobretudo das empresas líderes e, assim, poder responder ao BNDES.

6. Encerramentos e Deliberações

Carlos Gadelha (SCTIE/MS): Em suas considerações finais, colocou que a ABDI poderá proporcionar suporte tanto em nível estratégico, quanto operacional, o que poderá incluir o material de apoio para acompanhamento. Propôs a busca de instrumento que permita que um grupo setorial converse com o outro. Disponibilizou o e-mail institucional do GECIS para os representantes encaminharem sugestões e/ou informações pertinentes às discussões apresentadas.

5. Próximas Ações

	Encaminhamentos	Responsável	Data Limite
1	Definição da Agenda Setorial do Complexo da Saúde no âmbito do Plano Brasil Maior	Carlos Grabois Gadelha (Coordenador do Comitê Executivo)	20/04/2011